

## A fome como processo e a reprodução social capitalista

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior<sup>1</sup>

### RESUMO

A pandemia do coronavírus já é responsável pela expansão e intensificação da fome em todo mundo. No entanto, mesmo antes da pandemia um quarto da população mundial tinha sua alimentação restringida quantitativa e qualitativamente e quatro em cada dez brasileiros se preocupavam com o fato de que os alimentos disponíveis poderiam acabar antes que eles pudessem comprar ou receber mais comida. O presente artigo tem como objetivo problematizar as principais definições e formas de mensuração da fome e evidenciar que a compreensão deste fenômeno em toda sua extensão e intensidade exige a consideração das relações sociais capitalistas. Para isso, tomo como fundamento teórico a crítica da economia política para analisar os dados oficiais e compor um quadro sobre a fome no Brasil e no mundo. A partir desse quadro, discuto como a produção e reprodução da força de trabalho criam as condições responsáveis pela existência da fome em um momento no qual a produção de alimentos é mais do que suficiente para alimentar toda a população mundial. Por fim, analiso como a crise econômica associada à pandemia será responsável pela sobreposição da fome em suas formas endêmica e epidêmica e indico como a fome permite a intensificação da expropriação e da exploração.

**Palavras-chave:** fome; risco de fome; insegurança alimentar; reprodução social

### *Hunger as a process and capitalist social reproduction*

### ABSTRACT

The coronavirus pandemic is already responsible for the worldwide expansion and intensification of hunger. However, even before the pandemic, a quarter of the world's population had their food quantitatively and qualitatively restricted and four out of ten Brazilians were concerned that they could run out of food before they could buy or receive more. This article aims to discuss the main definitions and ways of measuring hunger and to show that the understanding of this phenomenon in all its extension and intensity requires the consideration of capitalist social relations. For this, I take as a theoretical foundation the critique of political economy to analyze the official data and compose a picture about hunger in Brazil and in the world. From this framework, I discuss how the production and reproduction of the labor force creates the conditions responsible for the existence of hunger at a time when food production is more than enough to feed the entire world population. Finally, I analyze how the economic crisis associated with the pandemic will be responsible for the overlap of hunger in its endemic and epidemic forms and indicate how hunger allows the intensification of expropriation and exploitation.

**Keywords:** hunger; risk of hunger; food insecurity; social reproduction

### Introdução

De acordo com o relatório O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo, publicado anualmente pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2019 quase dois bilhões de pessoas restringiram quantitativa e qualitativamente sua alimentação e 687 milhões de

---

<sup>1</sup> Professor visitante do Instituto de Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: sousaribeirojunior@gmail.com

pessoas encontravam-se cronicamente desnutridas (FAO, 2020). Contudo, no momento de sua publicação, em julho de 2020, esses dados já estavam claramente desatualizados. Afinal, como Arif Husain (economista-chefe e diretor de pesquisa, avaliação e monitoramento do Programa Mundial de Alimentos da ONU) anunciou meses antes em uma coletiva de imprensa em Genebra, quando todo o mundo já lidava com as consequências provocadas pela pandemia do coronavírus também estávamos “à beira de uma pandemia de fome” (THE ASSOCIATED PRESS, 2020).

O quadro apresentado acima demonstra a gravidade da crise alimentar contemporânea e evidencia a necessidade de trazermos o fenômeno da fome para o centro de nossas preocupações. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo problematizar as principais definições e formas de mensuração da fome e evidenciar que a compreensão deste fenômeno em toda sua extensão e intensidade exige a análise das relações sociais capitalistas, pois mesmo durante a pandemia a quantidade de alimentos produzidos e estocados continua sendo mais do que suficiente para alimentar toda a população mundial.

A fome é um fenômeno de difícil apreensão e definição. Para além da polissemia que caracteriza o uso cotidiano dessa palavra, isso se explica, em parte, pela complexidade de um fenômeno que é simultaneamente biológico e social, e que pode, portanto, ser compreendido a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas das ciências naturais e das ciências humanas. Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar que toda definição de fome traz consigo um posicionamento teórico e político acerca da realidade, o que explica a existência de debates e disputas em torno de sua definição e mensuração. Por essa razão, na segunda seção do texto analiso as principais definições e medidas de fome e proponho uma forma de interpretação dos dados existentes que explicita a extensão e a intensidade da fome no mundo contemporâneo.

Com base nessa proposta, apresento em seguida um breve quadro da fome no Brasil e no mundo antes da pandemia, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da FAO para discorrer sobre a magnitude da fome e sua territorialização em escala nacional e internacional. Também apresento dados que demonstram como esse fenômeno é atravessado por questões raciais e de gênero.

Partindo desse quadro, na quarta seção interpreto a produção social da fome através do referencial teórico fornecido pela crítica da economia política. Com ele analiso como as relações sociais que caracterizam a produção e reprodução da força de trabalho estão diretamente conectadas com a existência da fome. O sentido dessa interpretação é identificar os fundamentos da crise alimentar, que

nos permitem avançar na compreensão de como as diferentes formas da fome são produzidas e se sobrepõem em momentos de crise. Por fim, procuro apontar os possíveis impactos da pandemia do coronavírus sobre a situação alimentar de milhões de brasileiros e de bilhões de pessoas ao redor do mundo.

### **Definições e medidas da fome**

Uma das maiores contribuições de Josué de Castro para a compreensão da fome é a apreensão das múltiplas manifestações desse fenômeno. Em *Geografia da Fome*, publicado originalmente em 1946, o autor indica ser primordial distinguir a fome total, “verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de ‘starvation’, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais”, da fome parcial ou oculta, “na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (CASTRO, 2008, p.18). Definida em termos nutricionais, como consequência de um regime alimentar insuficiente (em energia ou calorias) e deficitário (em macro e/ou micronutrientes), para o autor a fome também apresenta temporalidades distintas, uma vez que pode se manifestar de maneira permanente (fome endêmica) ou transitória (fome epidêmica). Assim, ao considerar que a fome pode apresentar intensidades e temporalidades distintas, Josué de Castro abriu caminho para sua compreensão enquanto um processo, que pode evoluir de um estágio em que é parcial (em que se morre lentamente) para aquele em que é definida como total (em que se morre de fome).

Ao analisar a situação alimentar dos brasileiros em meados do século XX com este aparato conceitual, Josué de Castro explicitou que o fenômeno não era restrito aos já reconhecidos surtos de fome total, que se sucediam desde pelo menos o fim do século XIX no Sertão do Nordeste. Em adição, o autor evidenciou a existência de duas áreas de fome endêmica (Amazônia e Zona da Mata do Nordeste), nas quais uma parte expressiva da população sofria de maneira constante com a fome parcial. Chamava atenção com isso para a presença da fome em tempos de aparente normalidade, e não exclusivamente relacionada à eventos naturais ou sociais extraordinários.

Nessa análise Josué de Castro não utiliza dados estatísticos para mensurar a fome no Brasil. Em *Geografia da Fome*, ele justifica essa ausência afirmando que seu “ensaio não visa propriamente uma análise do problema em seus aspectos quantitativos, mas, principalmente, qualitativos”; afirma ainda que o método estatístico levaria à homogeneização dos fatos e produziria painéis genéricos nos quais

se perderiam as nuances e gradações de um fenômeno cambiante e polimorfo como a fome (CASTRO, 2008, p. 265). Sem negar a importância do debate metodológico anunciado, é preciso reconhecer que nos anos 1940 o autor não contava com as possibilidades de produção de dados estatísticos atualmente existentes. Além disso, sua definição nutricional de fome exigiria a criação de um conjunto de medidas, capazes de identificar as várias fomes parciais ou específicas (deficiências protéicas, em sais minerais, em vitaminas, além insuficiência calórica), o que tornaria o esforço de medição muito complexo e custoso. De toda forma, sua defesa da validade de pesquisas qualitativas e da necessidade de se avançar na compreensão da fome independentemente da existência de dados estatísticos sobre o fenômeno permanece válida.

A primeira medida de fome adotada em escala internacional surgiu somente no início dos anos 1970. Trata-se do indicador de Prevalência de Desnutrição<sup>2</sup> elaborado por Pandurang Sukhtame<sup>3</sup> e utilizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para medir a fome no mundo (PHILLIPS, 1981). A criação dessa medida está diretamente relacionada com a preocupação causada pela intensificação das crises de fome (sobretudo na África e na Ásia) desde o fim dos anos 1950<sup>4</sup> e que perturbavam o instável cenário geopolítico internacional em tempos de Guerra Fria. A realização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Alimentação em 1974 explicita que naquele momento a resolução (ou ao menos a gestão) das crises de fome tinha se tornado algo importante para as potências capitalistas (em especial os Estados Unidos), que por meio de organizações internacionais como a FAO e o Banco Mundial passaram a conceber conjuntamente tanto uma explicação para a existência dessas crises, como as ações necessárias para sua superação. Nesse processo, a quantificação da fome foi um momento essencial para tornar operativo o conceito de fome.

Foi nesse contexto que Sukhtame elaborou uma medida para lidar com as crises de fome, ou seja, para mensurar os casos mais graves de fome. Por essa razão, trata-se de um indicador “desenhado para capturar um conceito de desnutrição definido claramente (e de alguma forma restritamente), isto é, um estado de privação de alimentos que dura por um longo período de tempo” (Cafiero, 2014, p. 6).

---

<sup>2</sup> No site da FAO em português *Prevalence of Undernourishment (PoU)* é traduzida de três formas: prevalência de desnutrição, prevalência de subnutrição e prevalência de subalimentação. Neste texto utilizaremos sempre a primeira forma por ser a mais frequentemente utilizada.

<sup>3</sup> Estatístico indiano que entre julho de 1951 e janeiro de 1972 foi diretor da Divisão de Estatísticas da FAO (PHILLIPS, 1981).

<sup>4</sup> Devereux e Berge (2000) fazem um levantamento das crises de fome (famines) que ocorreram no século XX. De acordo com esse levantamento, entre o fim da década de 1950 e a realização da Conferência Mundial sobre Alimentação em 1974 ocorreram as seguintes crises de fome: Etiópia (1957-1958); China (1958-1962); Etiópia (1966); Nigéria (1968-1970); África Ocidental ou Sahel (1969-1974); Índia (1972-1973); Etiópia (1972-1975); Somália (1974-1975) e Bangladesh (1974).

Para isso ele considera o consumo e a necessidade de energia<sup>5</sup> da população de cada país no período de 12 meses, e assim aferir a proporção de indivíduos cuja ingestão de calorias ficou abaixo dos requisitos mínimos de energia durante um ano.

Para Lappé et al. (2013) há pelo menos três problemas nesta forma de definir e mensurar a fome. Primeiramente, o indicador considera apenas a ingestão de calorias e não incorpora outros dados sobre a qualidade da alimentação. Em segundo lugar, adota como referência um estilo de vida sedentário para definir as necessidades calóricas da população, mesmo quando uma parcela expressiva dos mais pobres realizam trabalhos manuais incompatíveis com esse estilo de vida. Por fim, o autor assinala que o tempo de referência utilizado pela FAO (que define a desnutrição como o estado de privação de energia que dura pelo menos um ano) é muito longo, sendo responsável pela omissão do impacto de episódios curtos e intermitentes de fome.

Por essas razões, considera-se que o indicador de Prevalência de Desnutrição da FAO é incapaz de captar toda a magnitude da fome. Em adição, e tomando as definições de Josué de Castro como referência, é possível afirmar que esse é um indicador apropriado para mensurar os casos que se aproximam da fome total, mas inadequado para medir a fome em toda sua extensão. Assim, caso seja utilizado isoladamente, pode promover uma ocultação ou o subdimensionamento do fenômeno da fome em todo o mundo.

Nos anos 1980, o avanço da fome nos Estados Unidos explicitou os limites desse indicador. As manifestações mais graves de fome já haviam sido praticamente erradicadas do país, no entanto, a virada neoliberal promovida por Ronald Reagan - que se caracterizou pelos ataques aos direitos dos trabalhadores, pelos cortes nos gastos sociais e pelo aumento do desemprego e da desigualdade no país (HARVEY, 2008) – foi responsável por um aumento significativo na demanda por assistência alimentar privada (doação de alimentos) e das denúncias sobre o avanço de outras formas da fome no centro do capitalismo mundial. No entanto, naquele momento não havia uma definição e uma forma de quantificar a fome que captasse suas manifestações menos severas (PEAR, 1984; BICKEL et al. 2000). O contexto fez emergir um importante debate sobre como definir e mensurar a fome, no qual se destacaram as pesquisas conduzidas por Kathy Radimer, na Universidade de Cornell (Radimer et al.

---

<sup>5</sup> O cálculo do consumo considera a oferta de energia alimentar existente em um dado território (obtido por meio dos balanços alimentares que consideram a produção, importação, exportação e perda/desperdício de alimentos) e utiliza um coeficiente de variação, baseado em pesquisas domiciliares nacionais, para determinar a distribuição do consumo alimentar dentro da população considerada. Por sua vez, para determinar a necessidade de energia de uma população são utilizados dados relativos a sua estrutura (idade, sexo e altura) e considerados os requisitos mínimos de energia para que um “indivíduo médio” nessa população, com estilo de vida sedentário (atividade física baixa), tenha uma vida saudável (FAO, 2019).

1990, 1992), e Cheryl Wehler, que integrava o Projeto Comunitário de Identificação da Fome Infantil (Wehler et al. 1992). Poucos anos depois, ambas serviriam de referência para o desenvolvimento da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos.

A pesquisa coordenada por Radimer tinha como objetivo “desenvolver uma compreensão da fome da perspectiva das mulheres que a experienciaram e construir e avaliar indicadores para medir a fome diretamente” (RADIMER et al., 1990, p. 36). Diferentemente da maior parte das pesquisas sobre a fome realizadas até então, os pesquisadores não procuravam definir a fome em termos clínicos ou nutricionais, mas a partir de relatos de mulheres que haviam experienciado (ou quase experienciado) esse fenômeno. Assim, após a realização e análise de entrevistas semiestruturadas, concluiu-se que socialmente a definição da fome não se restringe à situação em que não há qualquer alimento disponível para o consumo, mas se refere a um conjunto de experiências que indicam tanto a sua presença como intensidade (Radimer et al., 1990, 1992). Com isso, elaboram o que entendo ser uma definição socialmente reconhecida de fome, em oposição àquelas que tomam o fenômeno apenas por suas consequências clínicas mais agudas.

Neste esforço de definição, Radimer et al. (1992) identificaram que as experiências de fome tendem a se iniciar com o componente psicológico (preocupação ou ansiedade com a falta de alimentos ou recursos para obtê-los), passam pelo componente qualitativo (diminuição da qualidade e variedade da dieta) e quantitativo (diminuição das porções), até chegarem ao componente social (quando há interrupção do padrão alimentar usual e/ou os alimentos são adquiridos de maneiras socialmente inaceitáveis). Deste modo, assim como Josué de Castro, a pesquisa desenvolvida compreende a fome como um processo.

Somente após ter chegado a uma definição, a equipe passou à elaboração de um instrumento de pesquisa capaz de mensurar a fome. Para isso desenvolveram um questionário para identificar diferentes experiências que indicariam tanto a presença como a intensidade de situações de fome em um domicílio, e criaram uma Escala de Fome que permite mensurar o fenômeno de forma direta e em toda sua extensão. De acordo com essa forma de mensuração, a partir do momento em que as pessoas passam a experimentar, contínua ou intermitentemente, as sensações físicas e psíquicas provocadas pela privação de alimentos, elas estão experienciando a fome, mesmo que isso ainda não possa ser captado por medidas clínicas. (Radimer et al., 1992).

Partindo de um de um modelo conceitual de fome desenvolvido anteriormente pela própria autora, a pesquisa conduzida por Wehler também teve como produto final a elaboração de um questionário e

uma Escala de Fome<sup>6</sup>. Merece destaque o fato de Wehler et al. (1992) terem proposto uma diferenciação entre domicílios em “risco de fome” e domicílios que propriamente experienciavam o fenômeno. Esse discernimento entre dois momentos que compõem um mesmo processo é muito importante para não tomarmos a preocupação, ansiedade e medo provocados pela perspectiva de que faltarão alimentos como a fome em si. Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar que nesse estágio a qualidade da alimentação já é comprometida e que para muitas pessoas viver esse risco também significa reviver experiências anteriores de fome, o que nos impede de atenuar a gravidade dessa situação.

Neste mesmo período, o Departamento de Agricultura dos Estado Unidos designou um grupo de trabalho para elaborar uma “medida nacional da insegurança alimentar e da fome”, com o objetivo de aprimorar o monitoramento e a avaliação do estado nutricional da população (BICKEL et al., 2000, p. 1). Embora tenham tomado as escalas de fome citadas acima como referência, é necessário destacar que o termo fome perde destaque para o termo (in)segurança alimentar, processo que culminou na criação da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos.

Contribuiu para isso o esforço daqueles que vinham trabalhando desde os anos 1980 para consolidar o conceito de insegurança alimentar (muitas vezes em detrimento do conceito de fome) no debate acerca dos problemas relativos à alimentação. Foge aos objetivos deste artigo explorar com maior profundidade os diversos sentidos atribuídos aos conceitos de segurança e insegurança alimentar e como eles são mobilizados por instituições e pesquisadores que, pelo menos em princípio, teriam perspectivas teóricas e políticas opostas. De toda forma, a consolidação desse conceito está diretamente relacionada com uma abordagem da crise alimentar que, como alertam Holt-Gimenez e Shattuck (2011), não chega ou evita chegar aos seus fundamentos.

O relatório “Pobreza e Fome: questões e opções para a segurança alimentar nos países em desenvolvimento”, publicado em 1986 pelo Banco Mundial, explicita o processo de substituição de um conceito pelo outro. Nele a palavra fome é utilizada apenas 3 vezes (uma no título e duas no prefácio),

---

<sup>6</sup> Apesar de semelhantes, o questionário e a escala propostas por Wehler et al. são diferentes daqueles propostos por Radimer et al. Com relação ao questionário, as perguntas são parecidas e a principal diferença está na quantidade de questões e como é formada a pontuação de cada domicílio. O questionário elaborado por Radimer et al. tinha 12 questões e para cada uma delas havia 5 possibilidades de respostas (nunca, quase nunca, às vezes, quase sempre ou sempre) com valores de 1 a 5. Sendo assim, a pontuação de um domicílio poderia variar entre 12 e 60 pontos. Já o questionário de Wehler et al. continha 8 questões e para cada uma delas havia apenas duas alternativas (sim ou não). Nele, cada resposta afirmativa equivale a um ponto e a pontuação de um domicílio poderia variar entre 0 e 8 pontos. Com relação à Escala de Fome, para Radimer et al. qualquer pontuação superior a 4 apontava para a existência de fome, enquanto para Wehler et al. os domicílios com até 4 pontos eram definidos como em “risco de fome” e somente naqueles com mais de 5 pontos haveria a existência da fome.

tendo sido substituída em todo o texto pelas expressões insegurança alimentar crônica ou transitória (World Bank, 1986). Não há, no entanto, qualquer trecho que justifique a opção de utilizar um conceito no título que não aparece no restante do relatório. Para Holt-Gimenez e Shattuck (2011), a abordagem neoliberal (que tem no Banco Mundial um de seus principais representantes) oscila entre a negação da existência de uma crise alimentar e o uso dessa crise como uma oportunidade para intensificar os apelos contínuos à liberalização do comércio e ao aumento da produtividade agrícola. Não surpreende, portanto, a substituição de um conceito que expressa de maneira inequívoca a gravidade da crise alimentar, por um conceito que remete à situação de risco ou incerteza.

Em artigo que também se tornou uma referência para o processo elaboração da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar nos EUA, Campbell (1991, p. 408) afirma que “o fenômeno vagamente definido como fome nos anos 1980, [estava sendo] discutido como segurança ou insegurança alimentar” no início dos anos 1990. Ela mesma admite que a expressão insegurança alimentar “não carrega a mesma conotação de uma experiência dolorosa com a qual todo mundo tem pelo menos uma familiaridade momentânea”. Ainda assim, considerava ser mais adequada a utilização do conceito de insegurança alimentar, restringindo assim a palavra fome ao seu significado no dicionário: “uma sensação difícil e dolorosa causada pela falta de alimentos”. Para ela, a fome deveria ser entendida como “uma consequência potencial, embora não necessária, da insegurança alimentar”.

Neste mesmo contexto, um grupo de especialistas produziu um relatório sobre os “indicadores essenciais do estado nutricional para populações difíceis de serem amostradas” para o Instituto Americano de Nutrição no qual a fome foi definida como como uma “sensação desconfortável ou dolorosa causada pela falta de comida” (ANDERSON, 1990, p. 1576). Este grupo defendeu ainda que o exame dos problemas relacionados à alimentação “em termos de segurança alimentar permite que pesquisadores e formuladores de políticas [policymakers] enfrentem essa questão de maneira mais objetiva” (ANDERSON, 1990, p. 1575-6). Desde então, as definições presentes nesse relatório são frequentemente apresentadas como referências oficiais nos EUA.

Em meio às disputas em torno do termo a ser utilizado, o grupo de trabalho que elaborou a Escala de Segurança Alimentar Domiciliar optou pela definição da fome “como um estágio ou nível grave de insegurança alimentar” (BICKEL et al., 2000, p. 7). Deste modo, conciliaram temporariamente as duas posições e desenvolveram um questionário composto por 18 itens que, de maneira semelhante àqueles desenvolvidos por Radimer et al. (1992) e Wehler et al. (1992), buscam captar as experiências de fome. Com ele tornou-se possível classificar por meio de pesquisa amostral os domicílios estadunidenses em

quatro situações: em segurança alimentar; em insegurança alimentar, sem fome; em insegurança alimentar com fome (moderado); e em insegurança alimentar com fome (grave). Nesta classificação, a fome (insegurança alimentar moderada e severa) foi associada aos domicílios nos quais foram relatados casos de ingestão reduzida de alimentos.

Em poucos anos essa metodologia de quantificação da fome foi traduzida para outros idiomas e adaptada para outras realidades, tornando-se um importante contraponto ao indicador de Prevalência de Desnutrição utilizado pela FAO. Em 2012, ano em que José Graziano da Silva assumiu o cargo de Diretor Geral da FAO, o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo trazia o reconhecimento de que o indicador de prevalência de desnutrição deveria ser considerado uma “estimativa conservadora da desnutrição”. Afirmava ainda que “novas melhorias e um conjunto mais amplo de indicadores são necessários para alcançar uma compreensão mais holística da desnutrição e da insegurança alimentar” (FAO, 2012, p. 12).

Porém, a compreensão da fome como “condição fisiológica de nível individual” (USDA, [s.d.]) e como sensação subjetiva, logo como algo impossível de ser mensurada de maneira direta objetiva por meio de escalas psicométricas, foi insistentemente reiterada. Em 2006, uma revisão de especialistas solicitada pelo próprio do Departamento de Agricultura dos EUA recomendou a supressão do termo fome e a alteração dos termos utilizados para descrever os estágios de insegurança alimentar da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos EUA. Desde então, os domicílios passaram a ser caracterizados como: em segurança alimentar e em segurança alimentar marginal (antigo em segurança alimentar); em segurança alimentar baixa (antigo em insegurança alimentar sem fome); e em segurança alimentar muito baixa (antigo em insegurança alimentar moderada e grave - com fome). O evidente recurso aos eufemismos dessa nova classificação não apenas prejudica a compreensão daquilo que está sendo medido, como oculta a existência da fome.

Entre 2003 e 2004, portanto antes da revisão citada acima, pesquisadores reunidos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) realizaram a tradução e adaptação da Escala de Segurança Domiciliar Alimentar estadunidense para a realidade brasileira, com o objetivo de contribuir com as políticas do recém lançado Programa Fome Zero por meio da elaboração de “indicadores diretos de quantificação da população sujeita a diferentes graus de insegurança alimentar, apropriados, também, para o acompanhamento e avaliação de suas ações e estratégias” (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009, p. 3). Era criada assim a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Apesar de sua semelhança com a escala estadunidense, duas diferenças devem ser consideradas. A primeira delas refere-se à redução do tempo de referência - de 12 para 3 meses anteriores à entrevista - utilizado nas perguntas que compõem o questionário. Essa redução tem como consequência a diminuição da quantidade de respostas positivas, o que pode levar a uma percepção atenuada da situação alimentar da população pesquisada. A segunda, que nos parece ainda mais problemática, refere-se à consideração de que a existência de fome no domicílio está associada unicamente à insegurança alimentar grave, diferentemente da escala original que também identificava a fome nos domicílios em situação de insegurança alimentar moderada. Mesmo com essas ressalvas, os resultados obtidos através da aplicação da EBIA constituem os melhores dados para traçarmos um quadro da fome no Brasil.

É inegável que desde os anos 1980 houve uma evolução no modo de se definir e mensurar a fome. Esse processo, no entanto, foi marcado por duas tendências contraditórias: de um lado, pela gradativa ocultação da fome por meio do uso do conceito de insegurança alimentar; de outro, pelo aperfeiçoamento e complexificação dos instrumentos de pesquisa que permitiram, entre outras coisas, a introdução e correlação de outros dados socioeconômicos nos inquéritos sobre a situação alimentar. Em razão deste histórico, proponho uma contra-revisão da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos e, por extensão, das escalas que derivaram de sua tradução e adaptação. Tomando as pesquisas de Radimer et al. (1992) e Wehler et al. (1992) como fundamento, defendo a substituição dos termos de “insegurança alimentar leve” por “risco de fome” e “insegurança alimentar moderada e grave” por “fome moderada e grave”. Em outras palavras, defendo o resgate de uma terminologia que tem como fundamento uma definição socialmente reconhecida do fenômeno e comunique claramente a quantidade de pessoas que experienciam o risco de fome e a fome em suas diferentes intensidades. Por esse caminho, entendo ser possível nos apropriarmos dos dados existentes para explicitar a extensão e a intensidade da fome no mundo contemporâneo.<sup>7</sup>

### **Breve quadro da fome no Brasil e no mundo**

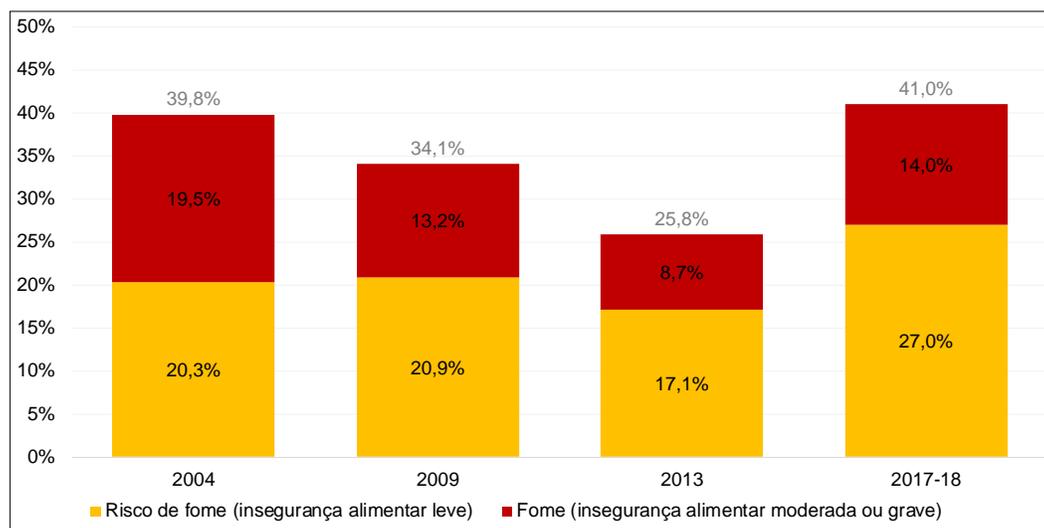
Desde a adaptação da escala estadunidense para a realidade brasileira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aplicou a EBIA em quatro ocasiões (2004, 2009, 2013 e 2017-8), o que nos

---

<sup>7</sup> Como anunciado anteriormente, entendo que o indicador de Prevalência de Desnutrição da FAO deve ser tomado como um indicador da quantidade de pessoas que experienciam as formas mais avançadas ou agudas da fome, ou, nos termos de Josué de Castro, se aproximam da fome total.

permite traçar um breve quadro da fome no Brasil no século XXI. Utilizando a redefinição dos termos empregados para cada estágio da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar, é possível afirmar que entre 2004 e 2013 houve uma diminuição significativa da proporção de pessoas vivendo em domicílios em situação de risco de fome (insegurança alimentar leve) e fome (insegurança alimentar moderada ou grave), sem que, no entanto, seja possível afirmar que esses fenômenos tenham sido erradicados no Brasil. Contudo, entre 2013 e 2017-8 o risco de fome e a fome voltaram a crescer no país (figura 1).

**Figura 1:** Moradores (%) em domicílios em situação de fome e risco de fome - Brasil (2004 – 2017-8)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Análise da Segurança Alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Elaborado pelo autor.

[1] Em 2017-8, cerca de 84,9 milhões (41,0%) de brasileiros viviam em domicílios em situação de fome ou risco de fome. Isso significa que quatro em cada dez brasileiros se preocupavam com o fato de que os alimentos disponíveis poderiam acabar antes que eles pudessem comprar ou receber mais comida<sup>8</sup>. Dentro desse grupo, 28,9 milhões (14,0% da população brasileira) viviam em domicílios nos quais houve relato de experiências de fome<sup>9</sup>.

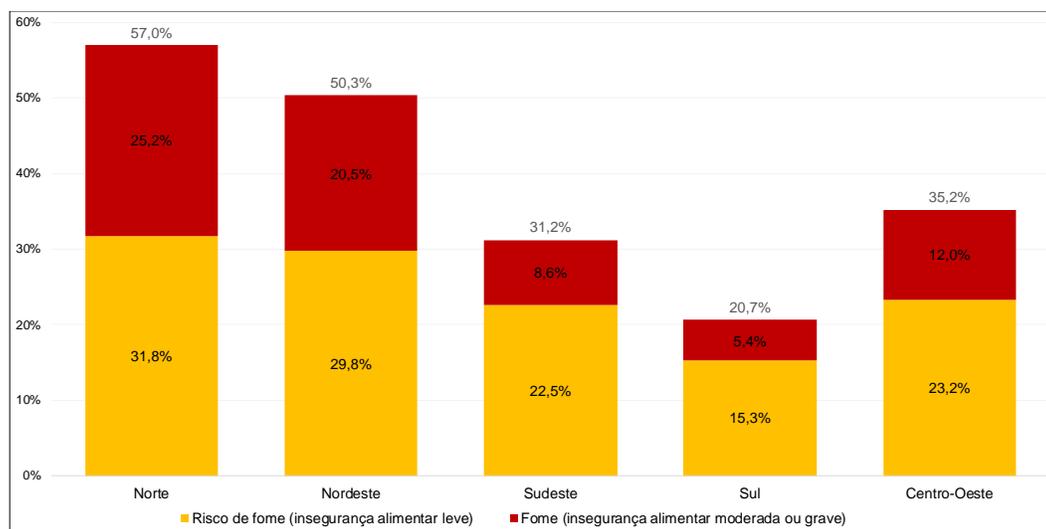
<sup>8</sup> Em todos os domicílios em situação de risco de fome ou fome foram relatadas ao menos uma das seguintes experiências nos 3 meses anteriores à visita do pesquisador: “tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida”; “os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida”; “ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada” (IBGE, 2020).

<sup>9</sup> Nos domicílios em situação de fome foram relatadas ao menos uma das seguintes experiências: “deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida”, “comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida”, “sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida”, “fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida” (IBGE, 2020).

[2] Os dados obtidos por meio da EBIA também permitem uma melhor compreensão da territorialização da fome no país. Neste caso, por conta da distribuição desigual da população pelo território nacional, é imprescindível considerar simultaneamente as quantidades absolutas e relativas. Em 2017-8, considerada a situação do domicílio, a proporção de pessoas em situação de fome ou risco de fome era de 52,1% nas áreas rurais e 39,1% nas áreas urbanas. Ao mesmo tempo, como aproximadamente 85% da população brasileira vivia em áreas urbanas, a quantidade de pessoas em situação de fome ou risco de fome em contexto urbano (69 milhões) é muito superior aquela encontrada nas áreas rurais (15,9 milhões). Deste modo, se a porcentagem de pessoas em situação de fome ou risco de fome é maior no campo, a maior parte das pessoas que se encontra nessas situações vive em cidades (IBGE, 2020).

O mesmo raciocínio deve guiar a análise em termos regionais. Observa-se que, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentavam maior proporção de domicílios em situação de fome ou risco de fome (57% e 50,3% respectivamente), a região Sudeste era aquela com maior quantidade de domicílios (9,4 milhões) nessas situações (figuras 2 e 3).

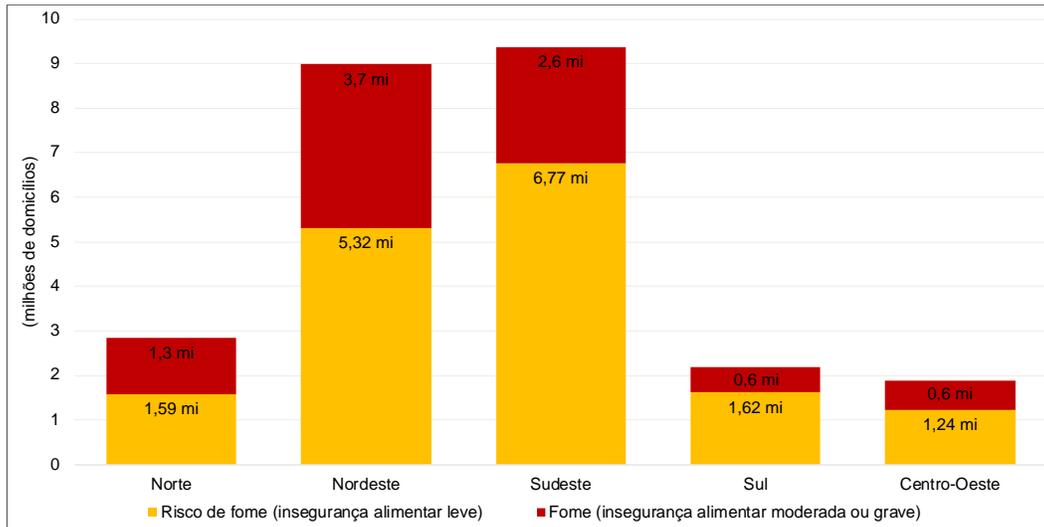
**Figura 2:** Proporção dos domicílios particulares em situação de fome e risco de fome segundo as Grandes Regiões (2017-8)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Análise da Segurança Alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Elaborado pelo autor.

**Figura 3:** Domicílios particulares em situação de fome e risco de fome segundo as Grandes Regiões (2017-8)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Análise da Segurança Alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Elaborado pelo autor.

Os gráficos acima evidenciam a complexa territorialização da fome em território brasileiro. Por um lado, o desenvolvimento desigual em escala nacional é responsável pela maior intensidade da fome nas regiões Norte, Nordeste e em alguma medida na região Centro-Oeste. Por outro, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são respectivamente o primeiro, segundo e quarto estados com maior quantidade de domicílios em situação de risco de fome ou fome.

Por ser aplicada juntamente com um questionário que avalia outras características socioeconômicas do domicílio, a EBIA permite estabelecer relações a partir da raça (ou cor) e gênero da pessoa de referência.

Entre os domicílios cuja pessoa de referência se declarou preta ou parda, 28,6% (10,7 milhões) encontra-se em risco de fome e 16,9% (6,4 milhões) em situação de fome. Essas cifras caem para 18,6% (5,6 milhões) e 7,4% (2,3 milhões) respectivamente, quando a pessoa de referência se declarou branca. Tomando os mesmos dados sob outra perspectiva, é possível afirmar que, do total de domicílios em risco de fome, 65% são identificados a partir de um respondente preto ou pardo, marcador que alcança 73% do total de domicílios em situação de fome. Isso significa dizer que, a cada 4 domicílios em situação de fome, 3 possuem como referência uma pessoa preta ou parda. Cabe ainda destacar que, quando considerado o gênero da pessoa de referência dos domicílios, o número de domicílio em risco de fome

e situação de fome é maior quando esta pessoa é uma mulher (26% e 15% respectivamente) do que quando é um homem (22% e 11% respectivamente).

Passando para a escala internacional, podemos contar com os dados da FAO (2020). Para estimar a quantidade de pessoas cronicamente desnutridas (que denominaremos aqui como fome aguda) tomamos como referência o indicador de Prevalência de Desnutrição, e para mensurar a quantidade de pessoas em situação de fome (em insegurança alimentar moderada e grave) tomamos a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar dessa mesma instituição<sup>10</sup>. A consideração desses dados revela que, entre 2015 e 2019, a quantidade de pessoas em situação de fome no mundo passou de 1,65 bilhões para 1,98 bilhões (25,5% da população mundial). No mesmo período, o número de pessoas cronicamente desnutridas passou de 653,3 milhões para 687,8 milhões (8,9% da população mundial).

**Tabela 1:**—Pessoas em situação de fome e fome aguda no mundo (2017-2019)<sup>11</sup>

	Pessoas em situação de fome (insegurança alimentar moderada e grave)		Pessoas em situação de fome aguda (desnutrição crônica)	
	(milhões)	(%)	(milhões)	(%)
Mundo	1.984,4	25,5%	673	8,8%
Ásia	996,5	21,9%	378,7	8,3%
África	653,6	51,2%	239,6	18,8%
América Latina e Caribe	203,7	31,7%	45,9	7,2%
América do Norte e Europa	88,9	8,0%	-	-
Oceania	5,7	13,7%	2,4	5,8%

Fonte: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Rome: FAO, 2020.

Elaborado pelo autor.

Assim como ocorre em escala nacional, a fome se territorializa de modo desigual no espaço mundial. De acordo com a pesquisa, aproximadamente 99% dos cronicamente desnutridos e 95% das pessoas com fome viviam na Ásia, África, América Latina e Caribe. Em termos absolutos, a Ásia figura como o

<sup>10</sup> O processo de elaboração dessa escala tomou como referência a escala estadunidense, assim como a Escala Latino americana e Caribenha de Segurança Alimentar (Cafiero et al., 2006).

<sup>11</sup> Para minimizar a margem de erro a FAO utiliza dados dos 3 últimos anos para produzir suas estimativas. Por essa razão a quantidade de pessoas cronicamente desnutridas na tabela é inferior à projeção apresentada exclusivamente para o ano de 2019.

continente com maior número de pessoas em situação de fome e cronicamente desnutridas, enquanto a prevalência desses fenômenos é muito maior na África.

É preciso reconhecer, no entanto, que a despeito da importância da descrição da situação alimentar a partir de dados e estatísticas, ela não equivale à explicação da magnitude e distribuição da fome no Brasil e no mundo. Neste sentido, uma vez constatada sua existência é imprescindível questionarmos por que ela persiste, mesmo quando a produção de alimentos é mais do que suficiente para alimentar toda a população mundial (Holt-Gimenez et al., 2012).

### **A fome como produto**

O quadro da fome descrito acima explicita que este fenômeno não pode ser caracterizado como transitório, pontual e atípico. Antes da pandemia, uma em cada quatro pessoas no mundo estava em situação de fome. Estes dados nos obrigam a desvendar a extensa e contínua produção social da fome. Retomando os termos propostos por Josué de Castro, é preciso explicar a existência da fome parcial em sua forma endêmica, o que não significa negar a existência ou gravidade dos surtos ou crises de fome, mas compreendê-los como momentos em que as fomes epidêmica e endêmica se sobrepõem. Estas considerações são importantes, visto que prevalece em nosso mundo a representação da fome como uma anomalia, ou seja, como produto de falhas ou eventos que, ao impedir o correto funcionamento das relações econômicas capitalistas, seriam responsáveis por sua existência. Organizações como o Banco Mundial e a FAO descrevem as crises de fome com riqueza de detalhes e identificam suas causas nos conflitos armados, eventos climáticos (causados ou agravados pelo aquecimento global) e recessões econômicas. É inegável que esses processos são responsáveis pela produção de crises de fome, contudo eles são insuficientes para explicar a fome em todas as suas formas e extensão. Ademais, diferentemente do que os relatórios e políticas dessas organizações querem nos fazer crer, as guerras, as várias formas de degradação da natureza e as crises econômicas não representam desvios dentro do desenvolvimento histórico do capitalismo, pelo contrário, são intrínsecas a ele.

De acordo com a própria FAO, a produção mundial de alimentos seria suficiente para alimentar aproximadamente 10 bilhões de pessoas (Holt-Gimenez et al., 2012). Por essa razão, muitos entendem que o problema da fome é, sobretudo, um problema de distribuição dos alimentos. Essa compreensão não está inteiramente equivocada, afinal os alimentos de fato se distribuem desigualmente nas mais diversas escalas. Porém, a ênfase na distribuição pode levar a uma autonomização do momento das

trocas, como se esta fosse uma dimensão independente da produção. Se, para a economia política, a distribuição determinaria a proporção de produtos que cabe a cada indivíduo e resultaria de uma contingência social, para Marx existe um predomínio da produção sobre o consumo, a distribuição e a troca, ou seja, “uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações recíprocas determinadas desses diferentes fatores” (MARX, 2008, p. 257). Por esse caminho ele explicita que as condições de vida dos membros de uma sociedade são definidas antes pela distribuição dos meios de produção (que determina relações de produção) do que pela distribuição dos produtos.

Partindo da constatação de que toda sociedade precisa produzir continuamente os bens que consome (entre eles os alimentos), Marx (2013, p. 641) indica que “todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução”. Aponta ainda que este processo não está restrito à produção dos bens de consumo, dado que também é necessário produzir continuamente os instrumentos e matérias-primas utilizados na produção (meios de produção). Por fim, como não há produção sem que haja alguém para realizar a atividade produtiva, este processo inclui também a reprodução (biológica e social) dos próprios trabalhadores. Deste modo, o processo de reprodução das sociedades abarca ao mesmo tempo a reprodução de produtos (coisas) e relações sociais.

Nesse sentido, interpreto aqui o risco de fome e a fome à luz da reprodução social. Reduzidos à condição de força de trabalho potencial, parte expressiva dos trabalhadores encontra dificuldades para satisfazer suas necessidades, o que nos impede de explicar a existência e magnitude da fome sem considerar os processos de expropriação e exploração, que de maneiras distintas e combinadas estão diretamente relacionados à produção social deste fenômeno. Certamente esse não é o único caminho possível, mas em muitos sentidos ele é imprescindível para o desvendamento dos conteúdos da crise alimentar que vivemos.

De modo geral, os processos de expropriação consistem na separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção e subsistência. Eles podem ocorrer de diferentes maneiras, mas invariavelmente impedem (parcial ou totalmente) os trabalhadores de acessarem ou produzirem os bens que necessitam para satisfazer suas necessidades ou para comercializarem aquilo que produziram com este mesmo objetivo. Assim, uma vez expropriados os trabalhadores deixam de empregar os meios de produção para serem empregados por eles e ficam obrigados a vender continuamente sua força de trabalho para não passar fome. Trata-se de uma inversão decisiva para compreender as relações sociais capitalistas.

A fome e o risco da fome sempre foram úteis à reprodução capitalista, pois atuam no sentido de efetivar o que Marx denominou de “coerção muda das condições econômicas” (2013, p. 808). Em outras palavras, a fome e o risco da fome impelem ao trabalho sem a necessidade de violência extraeconômica. É o que admitiam os próprios economistas burgueses quando afirmavam que “A coação legal para trabalhar está acompanhada de muitos transtornos, violência e gritaria [...], ao mesmo tempo que a fome não só constitui uma pressão mais pacífica, silenciosa e incessante, como também é o motivo mais natural para a indústria e o trabalho, provocando os esforços mais intensos” (TOWNSEND apud. MARX, 2013, p. 722). Neste sentido, uma vez imposta a dependência em relação ao capital, o trabalhador livre se torna escravo de suas próprias necessidades.

Não bastasse isso, não há qualquer garantia de que os trabalhadores encontrarão emprego para sua força de trabalho, aspecto acentuado pela crise do trabalho (DAMIANI, 2008). Daí a necessidade de considerar que se reproduzem enquanto força de trabalho potencial, pois a existência de uma população excedente em relação à demanda do capital por força de trabalho (superpopulação relativa) é produto necessário da acumulação capitalista.<sup>12</sup> Do ponto de vista do capital, a existência de uma oferta de força de trabalho superior a sua demanda, não apenas garante a existência de um estoque de mão de obra que pode ser necessária em momentos de expansão, como também exerce pressão sobre a remuneração daqueles que estão empregados. Por sua vez, para os trabalhadores fazer parte da superpopulação relativa significa estar contínua ou intermitentemente impedido de obter os recursos necessários para sua manutenção e reprodução.

Em sua análise da lei geral da acumulação capitalista, Marx (2013) destaca a existência das diferentes matizes ou formas de existência da superpopulação relativa. Os trabalhadores que ora são repelidos, ora são empregados compõem a forma flutuante da superpopulação relativa; a parte dos trabalhadores rurais que se encontram em vias de se transferir para as cidades é definida como superpopulação latente; por fim, aqueles que possuem “ocupação totalmente irregular” fazem parte da superpopulação estagnada, cuja “condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora” (MARX, 2013, p. 718) e, por isso, compõem a esfera do pauperismo. Quanto maior a superpopulação relativa em relação à população empregada pelo capital, maior será a parte que se encontra estagnada, ou seja, maior será a amplitude e a intensidade da miséria entre os trabalhadores. Assim, os trabalhadores que

---

<sup>12</sup> Com o desenvolvimento das forças produtivas (capital constante) diminui a proporção da força de trabalho (capital variável) na composição orgânica do capital. Isso significa que proporcionalmente menos trabalhadores são necessários para a produção das mercadorias (MARX, 2013).

foram separados dos meios de produção e subsistência e impossibilitados de empregar sua força de trabalho estão condenados ao risco de fome e à fome.

No Brasil, mesmo antes da pandemia o mercado de trabalho já era caracterizado por altos níveis de informalidade (41,5% da população ocupada), subutilização (24,6%) e desocupação (12%) de sua força de trabalho (IBGE, 2019). Isso nos ajuda a compreender por que uma parcela tão expressiva da população não se sentia segura em relação à disponibilidade de alimentos em seus domicílios.

Simultaneamente, é importante que se diga que nem mesmo aqueles que conseguem vender sua força de trabalho estão necessariamente livres da fome. A depender da magnitude da exploração do trabalho, a remuneração pode ser insuficiente até mesmo para a satisfação de necessidades mais básicas como a moradia e a alimentação. A realidade brasileira demonstra isso com uma nitidez assustadora. Em 2013, de acordo com dados do IBGE (2014), 26% das pessoas que viviam em domicílios cujo rendimento mensal per capita variava entre meio e um salário-mínimo conviviam com o risco de fome e a fome<sup>13</sup>. Ou seja, mesmo com uma renda que segundo a legislação brasileira deveria ser suficiente para atender às necessidades básicas de uma família, 10,8 milhões de pessoas não sabiam se teriam o que comer até o fim do mês e 4,1 milhões estavam submetidas à restrição quantitativa de alimentos. Não é um absurdo, portanto, afirmar que no Brasil o salário-mínimo é um salário de fome.

O sentido de afirmar que a fome é produzida pela combinação dos vários processos de expropriação e exploração inerentes à reprodução social capitalista não é fornecer uma resposta simples e definitiva para a compreensão e superação desse fenômeno, como se para isso bastasse invocar as características mais gerais do modo de produção capitalista. Ao contrário, o objetivo é identificar os fundamentos da crise alimentar, para que possamos nos contrapor às soluções ilusórias ou ideológicas que, ao invés de acabar com a fome, reiteram ou reforçam as relações sociais responsáveis por sua existência.

Neste sentido, é imprescindível adicionar ao menos outras duas camadas de explicação a essa breve exposição da fome como produto das relações sociais capitalistas. A análise do desenvolvimento histórico do capitalismo nos obriga a considerar que a generalização das relações capitalistas de produção ocorreu por meio de processos de colonização que expropriaram violentamente e instauraram a exploração generalizada de povos que foram racializados (CÉSAIRE, 2020).

Como destaca Silvio Almeida (2020, p. 184), “o racismo pode ser uma excelente tecnologia de controle social, porque ‘naturaliza’ o pagamento de salários mais baixos para trabalhadores e trabalhadoras

---

<sup>13</sup> Tomamos aqui os dados de 2013, pois diferentemente do que ocorria nas edições anteriores a POF 2017-2018 não disponibilizou os dados de insegurança alimentar por classe de rendimento.

pertencentes a grupo minoritários”. Assim, em um mundo caracterizado pela opressão e dominação racial, que não se extinguiram com os processos de abolição da escravidão, não são as oportunidades que determinam se uma pessoa conseguirá ou não empregar sua força de trabalho. Pelo contrário, as oportunidades de empregar a força de trabalho (e em que condições ela será empregada) são determinadas por sua raça ou cor da pele, fazendo com que no Brasil pretos e pardos sofram desproporcionalmente com o desemprego, o subemprego, a informalidade e a baixa remuneração. Em 2018, os brancos ganhavam em média 73,9% mais que pretos e pardos, o que nos ajuda a entender por que no Brasil o risco de fome e a fome sejam respectivamente 1,5 e 2,3 vezes maior nos domicílios em que a pessoa de referência é preta ou parda do que naqueles em que ela é branca (IBGE, 2019; 2020). Neste sentido, para que não seja uma “abstração vazia de conteúdo histórico” o conceito de classe deve caminhar lado a lado com o conceito de raça, uma vez que ambos são “elementos socialmente sobredeterminados” (ALMEIDA, 2020, p. 185).

Em um sentido semelhante, uma sociedade atravessada pelo machismo e pelo patriarcado também determina as oportunidades de trabalho de acordo com o gênero. Em 2018, o rendimento médio das mulheres era 27,1% menor que o dos homens, assim como sua taxa de ocupação era 18,7% mais baixa. Ao mesmo tempo, as mulheres dedicavam em média 21,3 horas por semana à realização de afazeres domésticos no domicílio e ao cuidado de moradores ou de parentes não moradores, mais que o dobro das 10,9 horas dedicadas pelos homens (IBGE, 2019). Tudo isso impacta diretamente nas condições materiais de vida das mulheres, especialmente nos domicílios em que elas são as pessoas de referência. Além disso, como Radimer et al. (1990, 1992) demonstraram, as mulheres tendem a priorizar a alimentação dos filhos (e mesmo a do marido ou companheiro) nos domicílios que enfrentam o risco de fome ou a fome. Por tudo isso, a compreensão da fome também passa pela consideração das relações de gênero.

### **A pandemia e a fome**

Sob as relações sociais capitalistas, os períodos de crise econômica são caracterizados pela expansão e intensificação da fome. A desvalorização (mais ou menos generalizada) de capitais em circulação, aí incluído o capital variável (força de trabalho), traduz-se na vida da população como uma diminuição ainda maior da remuneração, maior informalidade no mercado de trabalho e aumento do subemprego e do desemprego. A redução do orçamento individual ou familiar, por sua vez, implica em restrições qualitativas e quantitativas na aquisição de alimentos que já era insuficiente, principalmente nos

domicílios mais empobrecidos. Em outras palavras, nos momentos em que o capital encontra dificuldades para se reproduzir e, por isso, se desvaloriza, a quantidade de pessoas que sofrem com o risco de fome e com a fome (em todos os graus de severidade) aumenta.

Esse processo foi observado durante última grande crise econômica internacional (2007-8). Inicialmente identificada como a “crise das hipotecas subprime”, por ter sua origem ligada a créditos imobiliários podres, ela foi responsável pelo desmantelamento de grandes bancos de investimento de Wall Street e por um colapso financeiro que rapidamente se espalhou pelo mundo (HARVEY, 2011, p. 10). Demarcou com isso o início de uma recessão econômica global, que se materializou na vida de milhões de pessoas como ampliação das restrições alimentares em termos qualitativos e quantitativos. Nos Estados Unidos, epicentro da crise, entre 2007 e 2008 a proporção de pessoas em situação de risco de fome ou fome (em insegurança alimentar) passou de 11,1% para 14,6%. Durante os seis anos seguintes essa proporção permaneceu acima dos 14% e somente em 2018 recuou para um nível similar ao de 2007 (USDA).

Em uma economia globalizada não demorou muito para que os efeitos dessa crise também se tornassem internacionais e atingissem desproporcionalmente os países e as pessoas mais pobres. No fim de 2008, o preço dos alimentos básicos permanecia em média 17% mais alto em termos reais do que dois anos antes, sendo este um fator central para compreender por que apenas em 2009 a quantidade de pessoas cronicamente desnutridas no mundo passou de 915 milhões para pouco mais de 1 bilhão de pessoas (FAO, 2008; 2009).

Desde 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a caracterizar a doença causada pelo novo coronavírus como uma pandemia, ficou claro que as medidas de distanciamento ou isolamento social, indispensáveis para salvar milhões de vidas, teriam um forte impacto sobre a economia internacional, uma vez que diversos setores econômicos foram obrigados a interromper ou diminuir sensivelmente suas atividades. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, por conta dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus, o mundo passa hoje pela “pior desaceleração econômica desde a Grande Depressão [1929] e muito pior do que a Crise Financeira Global [2007/8]” (GOPINATH, 2020). O posicionamento do Banco Mundial é ainda mais contundente, pois não apenas aponta que a pandemia levará a maioria dos países à recessão em 2020, como indica que muitos deles sofrerão com a pior recessão desde 1870: sua projeção é de que o PIB mundial decresça 5,2% em 2020, enquanto para o Brasil a previsão é de um decréscimo da ordem de 8,0% (WORLD BANK, 2020).

Assim como em outros momentos de crise, foram os trabalhadores que sentiram mais rápida e intensamente o impacto causado pela necessidade de distanciamento social. No Brasil, os relatos sobre situações de fome e risco de fome ganharam destaque no noticiário antes mesmo dos primeiros estados terem decretado a quarentena. Neles é possível identificar experiências concretas que remetem aos diferentes estágios da fome, desde a preocupação com a falta de alimentos até casos mais graves em que as pessoas ficaram sem comer por mais de um dia.

Em apenas um dos jornais de grande circulação do país, matérias e reportagens publicadas no fim de março e início de abril destacaram a situação de famílias que passaram a depender de doações de alimentos entregues por igrejas ou conseguidos na porta dos mercados; evidenciaram que nos domicílios com crianças o fechamento das escolas provocou o aumento das despesas com alimentação, além de ter impactado qualitativamente na alimentação dos menores de idade que têm acesso a uma alimentação mais variada na escola do que em casa; indicaram que as famílias passaram a contar com uma variedade menor de alimentos e tiveram que restringir suas refeições ao arroz com feijão. Também foram reportados casos mais graves, em que as famílias haviam passado a pular refeições e a buscar alimentos em caçambas de lixo. Por fim, especialmente entre as pessoas em situação de rua, houve relatos de quem havia ficado um dia inteiro sem comer, bebendo água para enganar o estômago. Assim, a impossibilidade de empregar a força de trabalho por conta do distanciamento social traduziu-se rapidamente como expansão e intensificação da fome e do risco de fome (CANZIAN, 2020; MENA e SANT'ANNA, 2020; RODRIGUES, 2020.; RODRIGUES e ALMEIDA, 2020; SANT'ANNA, 2020; PAULUZE, 2020).

Por essa razão, em poucos dias o dilema “morrer de vírus ou morrer de fome” se materializou na vida de milhões de brasileiros. Apesar dos obstáculos que a pandemia colocou para a produção e distribuição de alimentos, não houve no Brasil uma crise de desabastecimento. Como já ocorria antes da pandemia, as pessoas não estão passando fome por não haver alimentos disponíveis, mas por não conseguir adquirí-los no mercado. Neste sentido, a pandemia simplesmente exacerbou um dilema anterior, pois despojados continuamente das condições necessárias para garantirem seu próprio sustento, os trabalhadores são obrigados a aceitar as condições de trabalho que lhes são impostas ou sofrer com a fome. A fala de uma diarista que vivia em Fortaleza (Ceará) com o marido e dois filhos durante os primeiros meses da pandemia explicita essa situação. De acordo com ela, que continuava caminhando por uma hora até o trabalho para economizar na condução, “A gente tem medo de pegar coronavírus, mas tem que buscar o alimento” (LINDER, 2020).

Nos anos 1980, Amrita Rangasami se contrapôs à interpretação das crises de fome de Amartya Sen, por entender que elas não podem ser compreendidas levando em consideração somente aqueles que sofrem com a restrição alimentar, sendo indispensável considerar simultaneamente quem se beneficia nesses momentos de crise. A partir da consideração de diferentes crises de fome, a autora indiana explicita como nesses momentos os trabalhadores estão ainda mais vulneráveis à expropriação e à exploração. Sob a pressão crescente da fome os trabalhadores se desfazem de seus bens ou aceitam condições de trabalho cada vez mais precárias, por vezes análogas à escravidão. Neste sentido, as crises de fome também representam novas e ampliadas oportunidades para a acumulação (RANGASAMI, 1985). Com a ajuda de Rangasami podemos uma complexificar ainda mais a compreensão da fome, pois se é verdade que ela é produto das relações sociais capitalistas, simultaneamente ela também reproduz essas relações.

Neste momento em que somos coagidos a aceitar uma nova normalidade é importante que saibamos reconhecer as continuidades e discontinuidades postas pela pandemia. Se é inegável que todo o mundo passa por um momento de intensa transformação, não podemos deixar de reconhecer que a manutenção das relações sociais capitalistas já implicava (não apenas) na expansão e intensificação da fome. Deste modo, a continuidade e intensificação dessas relações, que não têm nada de natural ou imutável, continuarão impedindo que empreguemos todos os meios disponíveis para acabarmos com a fome.

### **Considerações finais**

A fome é um fenômeno social e biológico que se manifesta de diversas formas e intensidades. Definições que a restringem a suas manifestações mais intensas, tais como a desnutrição crônica, o emagrecimento excessivo e a inanição, ocultam e subdimensionam o fenômeno. Por outro lado, por meio de uma **definição socialmente reconhecida** é possível apreender a fome como um processo polimorfo que apresenta estágios com intensidades distintas e abre caminho para uma quantificação que não invisibiliza ou subdimensiona os famintos.

O resgate do processo de elaboração das primeiras Escalas de Fome e a proposta de uma contra-revisão dos termos utilizados pelas Escalas de (In)Segurança Alimentar, possibilita a construção de um quadro da fome que revela que este fenômeno não é momentâneo ou excepcional sob as relações sociais capitalistas. Antes da pandemia, a fome e o risco de fome já faziam parte da realidade cotidiana de

bilhões de pessoas no mundo (milhões delas no Brasil), o que atesta a atualidade do conceito de fome endêmica utilizado por Josué de Castro desde os anos 1940.

A fome tampouco pode ser compreendida como uma anomalia. Tendo como fundamento os processos de expropriação e exploração, as relações sociais capitalistas inevitavelmente produzem a fome. A produção incessante de uma superpopulação relativa, ou seja, de uma população que é excedente do ponto de vista do capital e que, portanto, está impedida de empregar sua força de trabalho, equivale à produção da fome. Ao mesmo tempo, a fome e o risco de fome continuam atuando como uma poderosa coerção ao trabalho, mesmo quando este mal garante a sobrevivência dos trabalhadores e de sua família. Deste modo, a fome e o risco de fome são ao mesmo tempo produto e alicerce da reprodução social capitalista.

A crise econômica provocada pela necessidade de distanciamento social colocada pela pandemia do Coronavírus já é responsável pela amplificação e aprofundamento da fome e do risco de fome em todo o mundo. Se as primeiras projeções se confirmarem, mais pessoas morrerão por conta das restrições alimentares a que estão submetidas do que por complicações relacionadas à infecção pelo coronavírus. Trata-se, portanto, de um momento em que as fomes endêmica e epidêmica se sobrepõem tornando evidente as terríveis consequências sociais impostas para garantir a manutenção das relações sociais capitalistas.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2020.
- ANDERSON, S. (Ed.). Core indicators of nutritional state for difficult-to-sample populations. *The Journal of nutrition*, v. 120, n. suppl\_11, p. 1555-1600, 1990.
- BICKEL, G. et al. *Guide to Measuring Household Food Security, Revised 2000*. Alexandria: USDA/Food and Nutrition Service, 2000.
- CAFIERO, C. *Advances in hunger measurement: traditional FAO methods and recent innovations*. Statistics Division, FAO, Rome, Italy, 2014.
- CAMPBELL, C. Food insecurity: a nutritional outcome or a predictor variable? *The Journal of nutrition*, v. 121, n. 3, p. 408-415, 1991.
- CANZIAN, F. Nas favelas, moradores passam fome e começam a sair às ruas. Folha de São Paulo, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/nas-favelas-moradores-passam-fome-e-comecam-a-sair-as-ruas.shtml>. Acesso em: 15 set. 2020.
- CASTRO, J.. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2008.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.
- DAMIANI, A. *Espaço e Geografia: observações de método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia - Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da MetrÓpole de São Paulo*. 2008. Tese (Livre-

- Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DEVEREUX, S.; BERGE, K. *Famine in the twentieth century*. Brighton: Institute of Development Studies, 2000. (Working Paper 105)
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The State of Food Insecurity in the World 2008*. Rome: FAO, 2008.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The State of Food Insecurity in the World 2009*. Rome: FAO, 2009.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The State of Food Insecurity in the World 2012*. Rome: FAO, 2012.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2019*. Rome: FAO, 2019.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2019*. Rome: FAO, 2020.
- GOPINATH, G. The Great Lockdown: Worst Economic Downturn Since the Great Depression. *IMFBlog, insights and analysis on economics and finance*. Disponível em: <https://blogs.imf.org/2020/04/14/the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression>. Acesso em: 15 set. 2020.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOLT-GIMÉNEZ, E. e SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation?. *The Journal of peasant studies*, 38(1), 109-144, 2011.
- HOLT-GIMÉNEZ, E., SHATTUCK, A., ALTIERI, M., HERREN, H., & GLIESSMAN, S. (2012). We already grow enough food for 10 billion people... and still can't end hunger. *Journal of Sustainable Agriculture*, [S. l.], v. 36, n. 6, p. 595–598, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar - 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Análise da Segurança Alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- Lappé, Frances Moore et al. How we count hunger matters. *Ethics & International Affairs*, 27(3), 251-259. 2013
- LINDER, L. *Desigualdade eleva letalidade da covid na favela, diz estudo*. Deutsche Welle, 28 mai. 2020. Disponível em: [https://www.dw.com/pt-br/desigualdade-eleva-letalidade-da-covid-na-favela-diz-estudo/a-53586352?\\_\\_twitter\\_impression=true](https://www.dw.com/pt-br/desigualdade-eleva-letalidade-da-covid-na-favela-diz-estudo/a-53586352?__twitter_impression=true). Acesso em: 15 set. 2020.
- Marx, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MENA, F., SANT'ANNA, E. *Em quarentena, 72% dos moradores de favelas têm padrão de vida rebaixado*. Folha de São Paulo, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/em-quarentena-72-dos-moradores-de-favelas-tem-padrão-de-vida-rebaixado.shtml>. Acesso em: 15 set. 2020.
- PEAR, Robert. *U.S panel says hunger cannot be documented*. New York Times, 9 jan. 1984. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1984/01/09/us/us-panel-says-hunger-cannot-be-documented.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- PHILLIPS, Ralph. *FAO: its origins, formation and evolution 1945-1981*. Rome: FAO, 1981

- RADIMER, Kathy et al. Development of Indicators to Assess Hunger. *The Journal of Nutrition*, v. 120, n. suppl\_11, p. 1544–1548, 1990.
- RADIMER, Kathy et al. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. *Journal of Nutrition Education*, v. 24, n. 1, p. 36S-44S, 1992.
- RANGASAMI, Amrita. Women's roles and strategies during food crisis and famines. ORSTOM-CIE, 108-118, 1985.
- RODRIGUES, A. Demora nas ações de auxílio e invisibilidade de grupos agravam fome. Folha de São Paulo, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/demora-nas-acoes-de-auxilio-e-invisibilidade-de-grupos-agravam-fome.shtml>. Acesso em: 15 set. 2020.
- RODRIGUES, A., ALMEIDA, L. *Quarentena em São Paulo reduz dieta de crianças na periferia a arroz*. Folha de São Paulo, 05 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/quarentena-em-sao-paulo-reduz-dieta-de-criancas-na-periferia-a-arroz.shtml>. Acesso em: 15 set. 2020.
- RODRIGUES, A., ALMEIDA, L. Moradores de rua enganam estômago com água e esperam horas no sol por comida. Folha de São Paulo, 05 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/moradores-de-rua-enganam-estomago-com-agua-e-esperam-horas-no-sol-por-comida.shtml>. Acesso em: 15 set. 2020.
- SANT'ANNA, E. *Diário da privação: Chorei, de chorar, de lágrima mesmo, tá ligado?* Folha de São Paulo, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/diario-da-privacao-chorei-de-chorar-de-lagrima-mesmo-ta-ligado.shtml>. Acesso em: 15 set. 2020.
- SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 2, n.º 16, 2009.
- PAULUZE, T. *À espera de auxílio do governo contra coronavírus, mães solo driblam fome acordando mais tarde*. Folha de São Paulo, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/a-espera-de-auxilio-do-governo-contra-coronavirus-maes-solo-driblam-fome-acordando-mais-tarde.shtml>. Acesso em: 15 set. 2020.
- THE ASSOCIATED PRESS. *UN Food Agency Chief: World on Brink of 'a Hunger Pandemic'*. New York Times, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/aponline/2020/04/21/world/middleeast/ap-un-virus-outbreak-un-hunger.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). *Definitions of Food Security*. Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/topics/food-nutrition-assistance/food-security-in-the-us/definitions-of-food-security/#ranges>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- WEHLER, Cheryl et al. The community childhood hunger identification project: A model of domestic hunger - Demonstration project in Seattle, Washington. *Journal of Nutrition Education*, v. 24, n. 1, p. 29S-35S, 1992.
- WORLD BANK. *Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries*. Washington, DC: World Bank Policy Study, 1986.
- World Bank. *Global Economic Prospects, June 2020*. Washington, DC: World Bank, 2020.